



Como os REGIMES AUTORITÁRIOS buscam apoio popular

(Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997)



**O autor
TULIO KAHN**



Documentos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

O AUTOR

Tulio Kahn é sociólogo e doutor em Ciência Política pela USP, com diversos livros e artigos dedicados aos temas de segurança e criminalidade. É consultor da Fundação Espaço Democrático, ex-diretor do DECAASP/MJ (Departamento de Cooperação e Ações de Segurança Pública do Ministério da Justiça) no governo FHC, ex-coordenador da CAP/SSP (Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de SP) e ex-pesquisador e secretário executivo do Ilanud (Instituto Latino-Americano de Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinquentes). Foi pesquisador visitante das Universidades da Califórnia (San Diego) e do Centro de Estudos Brasileiros de Oxford. É consultor de projetos de segurança em diversas organizações nacionais e internacionais, como UNICRI (United Nations Crime Institute), Organização Mundial da Saúde, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fez parte de diversos conselhos no governo e na sociedade civil, como o Conselho Estadual de Segurança Pública de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Instituto Sou da Paz. Membro fundador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O presente texto é um capítulo da tese de doutorado, defendida junto ao Departamento de Ciência Política da USP em 1997. O documento completo pode ser acessado na biblioteca de teses da USP ou na Amazon, onde foi publicado em formato digital.

“Carentes de legitimidade, os regimes autoritários lançam mão de expedientes que supram essa deficiência”

O objetivo da pesquisa é trazer uma contribuição à questão do apoio aos regimes autoritários. O problema é analisado através de duas diferentes abordagens: na primeira procura-se descrever algumas possíveis estratégias que governantes autoritários podem colocar em prática no intuito de autenticar seu direito ao mando frente aos governados. O argumento básico é que, embora carentes de legitimidade, os regimes autoritários podem lançar mão de expedientes autenticatórios diversos que de alguma maneira supram tais deficiências simbólicas. Numa segunda abordagem, procura-se investigar os possíveis motivos que a população pode invocar para justificar o apoio a governantes autoritários. Este apoio, como procuramos mostrar, não é apenas uma função dos supostamente reduzidos níveis de compreensão política da população ou da falta de liberdade dos governos autoritários, mas baseia-se em grande parte na percepção da performance destes governos. Ambas as abordagens partilham a perspectiva racionalista de que, ao lado dos aspectos manipulativos envolvidos na justificação do direito ao mando, existem motivos racionais - ainda que não necessariamente democráticos - para se apoiar formas autoritárias de governo.

Tulio Kahn



Apresentação

A transição brasileira inicia-se com o começo do governo Geisel, por volta de 1974 e termina oficialmente em 1985, com a eleição, indireta, do primeiro presidente civil desde o movimento de 64¹. Se considerarmos estes marcos como válidos, obtém-se um período de transição de 11 anos, que eleva-se para 15 quando admitimos que o primeiro teste de democratização ocorreu de fato somente em 1989, com a eleição direta para presidente de Fernando Collor de Mello. Considerando que os militares assumiram o poder em 1964, o resultado final é de 25 anos de governos não escolhidos pela população. Comparativamente aos cerca de 30 países que se democratizaram no fluxo desta “terceira onda” de democratização, aceitando a periodização de Huntington, o caso brasileiro chama a atenção pela longevidade do autoritarismo e de sua etapa de transição. Uma vez que o início da terceira onda assume como marco o ano de 1974, com a redemocratização ocorrida em Portugal, terminando por volta de 1990, a redemocratização brasileira foi também tardia, ocorrendo apenas no final do processo.

Tabela 1 - A Duração do Regime Autoritário: países selecionados

Países	Início	Fim	Duração	Países	Início	Fim	Duração
Paraguai	1954	1989	35				
Panamá	1968	1990	22	Venezuela	1948	1959	11
Brasil	1964	1985	21	Honduras	1972	1982	10
Chile	1973	1990	17	Uruguai	1976	1985	9
Peru	1963	1980	17	Argentina	1976	1983	7
Guatemala	1970	1986	16	Colômbia	1953	1958	5
Equador	1968	1979	11	Bolívia (último)	1980	1982	2

Fonte: *Statistical Abstract of Latin América, vol 31, Part 1, p.274*

¹Enquanto os opositores do regime civil-militar qualificam o movimento de 64 de “golpe de Estado”, seus defensores preferem nominá-lo de “revolução” ou “contragolpe”, aludindo ao caráter defensivo do mesmo. Preferi adotar, na maioria das vezes, o termo movimento de 64 para referir-me aos acontecimentos de então, a fim de evitar, na medida do possível, juízos valorativos sobre os fatos. Do ponto de vista da ciência política, todavia, não se tratou de uma revolução, na medida em que alterou, num primeiro momento, apenas o sistema político, deixando intocados outros aspectos da realidade. Com as mudanças na sociedade introduzidas durante os sucessivos governos militares, alguns autores reconhecem ter se tratado, a posteriori, de uma verdadeira revolução, ainda que não no sentido dado pelos militares. Na ausência de provas históricas suficientes de que Goulart planejava subverter as instituições, tampouco podemos qualificá-lo adequadamente de contragolpe.

Como explicar a longevidade do autoritarismo no Brasil e sua demorada fase de transição, quando os prognósticos iniciais eram de que, num país de tamanha complexidade, seria bastante improvável a manutenção de um regime de exceção duradouro? A longa duração do regime civil-militar brasileiro ainda é mais intrigante quando levamos em conta que ele jamais se institucionalizou plenamente, nem mesmo no início dos anos 70, quando seu domínio parecia indisputado. E mais: não se tratou de um autoritarismo unipessoal, como no caso espanhol, paraguaio ou chileno, onde a longevidade do regime se explica em parte pela sobrevivência do líder revolucionário. No Brasil, onde instaurou-se uma modalidade de autoritarismo institucional, cinco diferentes presidentes militares, duas Juntas e um presidente civil de transição sucederam-se neste período.

Existe na literatura um acumulado de experiência e pesquisas a respeito dos fatores que levaram à queda da democracia brasileira no período Goulart, bem como sobre os motivos da abertura e da redemocratização do país. Concentrados em sua maioria na implantação e na derrocada do regime autoritário, poucos estudos exploraram metodicamente a questão de sua permanência. Quais foram afinal os fatores responsáveis por ela?

A questão não admite resposta unívoca. Da situação internacional favorável ao sucesso econômico inicial, passando por uma ideologia salvacionista e desenvolvimentista, pela Guerra Fria e o “aprofundamento” da economia dos estados Burocrático-Autoritários, pelos rearranjos institucionais e pelas manobras do dia a dia, para não falar na repressão pura e simples e no baixo grau de politização da população, inúmeras foram as condições que contribuíram para a permanência do autoritarismo, em todas as fases por que passou.

Para quase todos aqueles que se dedicaram ao estudo deste período histórico, algo parece certo:

se o regime perdurou foi porque mudou e a chave da compreensão de sua durabilidade está precisamente nesta sua característica mutável, facilitada até pela não institucionalização - que permitiu-lhe ajustar-se ao sabor das conjunturas. Quando uma via se fechava, outra se abria, e os diversos governos² militares bem souberam explorá-las.

Diversas periodizações foram propostas para demarcar as fases pelas quais passou o regime autoritário brasileiro. Assim, por exemplo, analisando apenas os dois primeiros governos militares, Schneider subdivide-os em nada menos que oito fases, entre elas, no governo Castelo Branco, as fases negativa, ditatorial e institucionalizada enquanto o governo Costa e Silva é repartido nos momentos da humanização, da ditadura e finalmente o momento do dilema em 1970, entre a escalada da violência ou a legitimação por performance. (Schneider, 1971); Fiechter, que estudou o regime até 1972, (Fiechter, 1974) distingue as fases do “duro restabelecimento da ordem” que vai de março de 64 até o Ato Institucional nº 2 em outubro de 65; - a fase da “consolidação autoritária”, que se consagra com a promulgação do AI 5, em dezembro de 68, seguida pela terceira fase, da “igualdade”, como a denominou o apologista do regime nos idos de 1972. Brigagão, Costa e Carvalho, na historiografia que fazem do regime, também até 1972, dividem-no em quatro fases, denominando-as: 1- implantação e montagem, 2 -independência e relativa consolidação da burocracia militar, 3 - contraofensiva estratégica e, finalmente, 4 - consolidação estratégica (Brigagão, Costa e Carvalho, 1988). Marcus Figueiredo, por seu turno, atentando particularmente para as características repressivas do regime, fala-nos em três ciclos políticos entre 1964 e 1973, ciclos que se diferenciam entre si pelo grau de radicalização e autolimitação e que se dividem por

² Existe uma diferença conceitual entre regime e governo, definindo o primeiro termos as características gerais e de longo prazo do modelo político enquanto o segundo representa apenas uma das gestões que dão operacionalidade ao regime. No texto, todavia, utilizaremos indistintamente um e outro termo.

vezes em diversas fases internas (Figueiredo, 1978). Alves por sua vez divide o regime autoritário nas fases de “Fundação”, “Institucionalização” e “Descompressão” (Alves, 1988). Martins e Cruz falam em sucessivos arranjos institucionais - momentos de intensificação do autoritarismo ou de distensão - que combinavam doses diferentes de autoritarismo, militarismo, corporativismo, liberalismo e mesmo democracia (Martins e Cruz, 1984). O’Donnell fala-nos finalmente dos momentos de constituição do duo: Estado + multinacionais e do trio: Estado + multinacionais + burguesia nacional. (O’Donnell, 1987)

Existem os autores que preferem simplesmente marcar a passagem do regime pelas sucessões presidenciais e também os que o dividem segundo os ciclos de crescimento ou recessão econômica. Uns seguem a ordem dos documentos legais enquanto outros preferem demarcá-lo de acordo com os resultados das eleições, ou ainda pela sucessão dos Atos Institucionais. São muitos os recortes possíveis e cada autor procurará enfatizar aspectos diferentes de uma mesma realidade, iluminando-a por ângulos específicos. Ainda que uns possam ser mais promissores do que outros em sua tentativa de sintetizar o que foi

o período autoritário, nenhum dos recortes propostos é necessariamente mais “certo” ou mais “errado” do que o outro. A priori, como nos ensinou Max Weber, nenhuma metodologia é melhor do que a outra: interessa saber se estes prismas nos são úteis ou inúteis do ponto de vista de sua eficácia explicativa, se nos ajudam ou não a compreender a realidade. Mais do que propor uma nova periodização cronológica, estarei procurando acompanhar o andamento do regime em termos de suas mudanças de fórmulas de autenticação. O fenômeno autoritário estará sendo abordado mais por um ponto de visto lógico do que propriamente cronológico, ainda que as diferentes fórmulas de autenticação não possam ser utilizadas, arbitrariamente, em quaisquer fases do regime e que tenha ocorrido uma espécie de sucessão temporal entre elas.

Se é certa a formulação de que nenhum regime, mesmo o autoritário, pode perdurar no tempo sem algum tipo de sustentação simbólica, é possível que a duração do regime civil-militar implantado no país em 1964 tenha algo que ver com o relativo sucesso e com a colocação em circulação, nas suas diversas etapas, de pelo menos quatro diferentes fórmulas de autenticação, cujo conceito apresentamos em seguida.



O Conceito de Autenticação

A noção de apoio a um regime pode ser entendida basicamente como uma percepção generalizada de que a ordem política merece ser preservada. É possível todavia fazer uma distinção entre tipos de apoio pois, "its sometimes the case that members of a polity tolerate its "constitution" simply because they perceive no alternative, or because they consider it an evil needed to attain other intensely valued goals, such as domestic peace or socioeconomic development. Mere toleration, or acceptance, differs, however, from support based on perceptions of the intrinsic legitimacy of a political order - perceptions that the order is, in and of itself, just and proper" (Ekstein, 1979).

Embora no campo da ciência política seja perfeitamente admissível utilizar o termo "legitimação" para descrever o apoio dado a diversos tipos de regime, tal como Max Weber entendia o conceito, tornou-se comum argumentar - depois de décadas de repressão - que os regimes autoritários seriam intrinsecamente "ilegítimos" e que o termo, portanto, somente se aplicaria a regimes representativos, escolhidos democraticamente pela população. Nesta acepção corrente e não weberiana do termo, eleições diretas, competitivas, livres e honestas são a fonte única de legitimação do mando e os regimes autoritários são intrinsecamente ilegítimos porque chegaram ao poder através da derrubada do poder constituído. Em termos da politologia clássica, os governantes autoritários equivaleriam a tiranos *ex-defectu-tituli* - por defeito de títulos - ou ainda usurpadores. O conceito clássico de ditadura, por sua vez, pouco tem a ver com estes casos, embora tenha sido frequente a caracterização, incorreta, dos regimes autoritários como "ditaduras", mostrando mais uma vez que ciência política e política nem sempre andam juntas.

Se a diferença no uso acadêmico e vulgar do termo legitimação não é razão suficiente para cunhar um novo conceito, as diferenças substantivas apontadas por Eckstein podem ser um bom motivo para fazê-lo: assim, ao invés de utilizarmos o termo legitimação, optamos por tomar de empréstimo o termo "autenticação", para descrever o apoio a regimes autoritários, não porque sejam intrinsecamente bons, em si mesmos, mas porque tem outras coisas a oferecer. Em outras palavras, enquanto um regime legítimo é um fim em si mesmo, um regime autenticado jamais o é, mas apenas um meio para a obtenção de outros fins. O apoio dado a um regime "legítimo" é, dentro de certos limites, incondicional, enquanto o apoio dado a um regime "autêntico" é de natureza condicional. De certa forma esta distinção coincide com a antiga proposição weberiana de que existem basicamente dois tipos de motivações para a manutenção de uma ordem legítima: uma motivação desinteressada (derivada de valores afetivos, religiosos ou crença na racionalidade intrínseca das normas) ou uma motivação auto-interessada, na forma de "expectations of specific ulterior consequences... of a particular kind".

Deste ponto de vista da motivação interna, só se pode falar de uma obrigação moral da obediência política com relação ao primeiro tipo de motivação, de natureza desinteressada. A adesão ao segundo tipo de ordem, auto interessada, típica dos casos de autenticação, não cria obrigações internas, mas antes um vínculo de tipo utilitarista. Neste sentido, o apoio a um regime que procura autenticar-se equivale em alguma medida a um cálculo de caráter racional, mesmo que, como veremos adiante, as estratégias de autenticação envolvam elementos manipulativos.

Analisados numa dimensão temporal pode-se dizer que o primeiro tipo de regime tem permanência indefinida, independentemente de suas realizações práticas, enquanto o segundo, embora possa se revelar duradouro, é aceito enquanto for útil para a obtenção de outros objetivos ou valores. Visto por este ângulo, uma ordem “legítima” é muito mais estável do que uma ordem “autêntica”. Além disso, uma vez que apoio político é sempre uma via de duas mãos - um governo ou regime que o pede e uma população que o fornece ou não, em determinado grau - para efeitos de diferenciação teórica, poderíamos reservar o conceito de legitimação para os casos de apoio desinteressado, concedido “*ex-parte-populi*”, visando a manutenção da liberdade, enquanto a autenticação seria antes uma busca de apoio “*ex-parte-principis*”, com o objetivo de conservar o poder, apelando para o interesse dos súditos. O quadro abaixo apresenta as características distintivas entre os conceitos de legitimação, (na acepção não webberiana do termo) e autenticação.

Seguindo a recomendação de Sartori sobre a formação de novos conceitos segundo a qual deve haver somente uma palavra para cada significado (homonymy) para evitar ambigüidade ao se usar a mesma palavra para referentes diferentes, e a própria recomendação webberiana de que os conceitos devem ser “unívocos”, neste trabalho utilizaremos o termo *autenticação* como o “*apoio requisitado por governantes autoritários para conservar-se no poder e que é aceito, temporária e condicionalmente pelos governados, enquanto tais governantes se demonstrarem aptos na obtenção de outros objetivos*” (*preservação da ordem, combate à corrupção e subversão, integração nacional, desenvolvimento econômico, transição “segura”, etc.*)

Estas características distintivas - apoio *que se dá*, de baixo para cima, porque a ordem em si é louvável, em contraste com apoio que se tenta obter para conservar o poder, de cima para baixo, vinculado a obtenção de objetivos secundários, além das diferenças em termos de duração temporal e estabilidade - , creio eu, já são suficientes para justificar a substituição do termo legitimação por autenticação ao se descrever os tipos de fenômenos aqui abordados, o que ademais tem a vantagem de evitar melindres sempre quando alguém fala em “regimes autoritários legítimos”.

Tabela 2 - Características diferenciadoras dos conceitos de Legitimação e Autenticação

	Direção do apoio:	Motivo da aceitação:	Duração	Estabilidade
Legitimação	apoio desinteressado, concedido pelos subordinados, visando a manutenção da própria liberdade	regime / governo é “intrinsecamente” bom, independente de sua eficácia / cria uma obrigação moral, interna	indefinida	Estável
Autenticação	apoio interessado requisitado pelos governantes, visando a conservação do próprio poder	regime / governo é aceito como um meio para outros objetivos / adesão de tipo utilitária e racional	temporária	Instável

Tipos de Autenticação

A intervenção dos militares na política apareceu a muitos brasileiros nos anos 60 e ainda soa a alguns contemporâneos como “aceitável”, para não utilizar a expressão “legítima”, que como vimos possui conotações específicas. Os motivos para esta aceitação são múltiplos e serão explorados adiante quando descrevermos as características implicadas nos tipos de autenticação que denominarei aqui por:

- 1) autenticação negativa
- 2) autenticação por performance
- 3) autenticação por representação
- 4) autenticação prospectiva
- 5) autenticação por guerra externa

Em algum momento durante o regime autoritário e com frequência, simultaneamente, os dirigentes militares brasileiros beneficiaram-se, consciente ou inconscientemente, de alguma destas fórmulas de autenticação, com exceção da última. Tratam-se todas elas de tentativas de obtenção de aquiescência de médio alcance. Historicamente, surgiram muito poucas respostas filosóficas de longo alcance ao problema do porque deve-se obedecer ao que os governantes ordenam e são todas bem conhecidas: o totalitarismo, a liberal democracia, o autoritarismo do tipo corporativista, a teocracia ou, mais remotamente, o direito divino dos reis e a tradição, hoje já quase totalmente ineficazes como justificação do mando duradouro³. As alternativas, neste campo, são limitadas e hoje, com o descrédito do comunismo e dos sistemas totalitários, ainda mais restritas.

O maior problema dos regimes autoritários não mobilizadores, como foi o nosso, é precisamente a ausência de um princípio de legitimação próprio e de longo alcance. Ela fica no meio do caminho entre a

democracia e o totalitarismo e não assume uma coisa nem outra. Reflexo desta ambiguidade básica, o regime autoritário brasileiro, como é sabido, jamais rejeitou a liberal democracia (entendida, é claro, de um modo peculiar) ou procurou adotar algum outro princípio alternativo. Herdeiros do ideário liberal tenentista e aliados das democracias na Segunda Guerra, o regime civil-militar teve que lançar mão de expedientes temporários, todos eles mais ou menos precários, para prolongar-se indefinidamente no poder. Ainda que não tenha se institucionalizado, como vários autores apontam, através destes expedientes foi capaz de manter-se por décadas no poder, e não sem determinado grau de apoio popular.

Ao contrário dos princípios de longo alcance, historicamente escassos, é possível vislumbrar toda uma série de estratégias de autenticação de médio alcance para conquistar a aquiescência popular. Os cinco tipos aqui descritos nem de longe esgotam todas as possibilidades. Pensando contrafactualmente, é possível conceber alternativas autenticatórias que os autoritários brasileiros jamais usaram, além da guerra externa: personalização do chefe nos moldes da legitimidade carismática clássica, ou ainda, como lembrou Lamounier, a adoção de uma estrutura corporativa, sem partidos ou de um partido único, de cunho mais ideológico. Diversos autores que estudaram o Brasil aceitariam sem problemas a existência no passado de uma “autenticação corporativa”, entendida como uma estratégia inclusiva de obtenção de apoio da classe trabalhadora, que poderia mas não foi colocada em prática durante o regime autoritário.

Apenas para situá-los adequadamente em relação a outros expedientes utilizados para obtenção de apoio político, poderíamos colocar estas fórmulas

³ Do ponto de vista da potencialidade de institucionalização, a dominação do tipo carismático proposta por Weber também é uma fórmula de médio alcance, uma vez que, exceto na condição de burocratização, o carisma não permite um domínio duradouro pois não é transferível e se exaure com a desaparecimento do líder.

autenticatórias num nível abaixo dos princípios de longo alcance, mas por outro lado num nível acima das estratégias individuais de obtenção de fidelidade, como a corrupção, o clientelismo e o empreguismo. Utilizo “princípios” apenas para o primeiro grupo, reservando o termo “fórmula” ou “estratégia” para os demais. As estratégias individuais, importantes no passado ou nas áreas rurais, se bem possam ter ajudado uma ou outra liderança vinculada aos governos militares, ao nível local, dificilmente podem ser invocadas para explicar o comportamento de um eleitorado que se expandiu muito além do alcance. Por mais “cartorial” que tenha sido o Estado durante o regime autoritário, é fácil perceber que ele simplesmente não pode ter corrompido ou empregado a todos o tempo todo para garantir apoio político. De todo modo, a explicação que propomos aqui para o apoio aos governos autoritários é também uma alternativa à explicação “clientelista”, de todo insuficiente para explicar os níveis em que este apoio se manifestou no país no auge de popularidade do regime autoritário. Por certo os políticos governistas - e mesmo alguns opositores - usaram e abusaram das estratégias individuais para a obtenção de fidelidade, como clientelismo, empreguismo, nepotismo, corrupção, etc., mas tais estratégias dificilmente podem ser invocadas como condições suficientes para explicar a manutenção duradoura do regime.

A hipótese teórica sugerida na primeira etapa do trabalho é a de que os regimes autoritários, padecendo intrinsecamente de sérias deficiências de institucionalização em virtude da ausência de um princípio de legitimação de longo alcance, podem, todavia perpetuar-se no tempo lançando mão de estratégias de médio alcance, as diversas fórmulas de autenticação a que nos referimos acima.⁴

A hipótese de resto não é nova, residindo a inovação na descrição empírica destes estratégias. Vários autores perceberam as deficiências de institucionalização do regime civil-militar brasileiro e notaram ademais a longa duração deste regime comparativamente aos demais países sob jugo autoritário, duas características aparentemente contraditórias. Fazendo uma incursão na pré-história da abertura em 1982, Martins e Cruz assinalaram que o sistema de poder instaurado em 64 distinguia-se, por um lado, pela durabilidade, e por outro, pela mutabilidade. O movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart, afirmam os autores, “demonstrou possuir aquela qualidade que Maquiavel punha acima de tudo: a capacidade de conservar o poder conquistado e ampliá-lo. Por outro lado, porém, registra-se o fenômeno da mutabilidade. Longe de ter permanecido idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta” (Martins e Cruz, 1983, p.13).⁵

Tabela 3 - Níveis de obtenção de obediência

Princípios de Longo Prazo	legitimação	liberal-democracia, socialismo, teocracia, fascismo, etc.
Estratégias de médio alcance	autenticação	negativa, representacional-eleitoral, performance, prospectiva, guerra externa, etc.
Estratégias individuais	fidelidade	corrupção, clientelismo, empreguismo, fisiologismo, etc.

⁴ Para testar empiricamente tal hipótese, seria preciso tomar uma amostra de regimes autoritários, verificar quais deles utilizaram ou não estas estratégias autenticatórias e com que eficácia, para finalmente comparar as respectivas durabilidades. Como a tarefa está além das possibilidades desta tese, construímos mais à frente também uma hipótese empírica, baseada nos mesmos pressupostos racionalistas da hipótese teórica. Nesta primeira etapa da pesquisa, nossa tarefa será descrever quais foram estas estratégias, suas características e os dilemas envolvidos em cada uma delas.

⁵ Também O'Donnell: “o B.A não é o que é sempre. Muda, e rápido, a face que apresenta nos seus momentos iniciais”

A concepção dos autores, que também adotei, é a de que a contradição entre a não institucionalização do regime e sua durabilidade é apenas aparente, pois “estes dois aspectos, longe de se antagonizarem, se complementam: **as mudanças do regime viabilizaram a conservação do poder**”. O fato de o regime jamais ter se institucionalizado - adotando instituições e ideologias de caráter nitidamente autoritário - contribuiu para sua durabilidade, na medida em que permitiu maior flexibilidade para lidar com os oponentes, colocando-se no mesmo campo destes. A não institucionalização facilitava a mutabilidade do regime.

Entre outros autores, Linz sugeriu já em 1973 que, apesar dos problemas de institucionalização do regime, isto não significaria seu fim em curto prazo, uma vez que este podia utilizar toda uma série de expedientes para contornar as dificuldades. Conforme propunha Linz em seu artigo em *Authoritarian Brazil*, organizado por Stepan, “Even though in my analysis I have expressed grave doubts about the viability of all the various alternatives by which the current rulers in Brazil might seek to institutionalize an authoritarian regime, this not imply the fall of the present authoritarian situation and the return to open competitive politics or the turn toward full totalitarianism. A possibility that cannot be excluded is a constant and indecisive experimenting with various alternatives, and a sequence of military coups or quasi-coups. At best this might mean that successive governments administer the society and the economy, but postpone almost indefinitely any serious and consistent political institutionalization”. (Linz, 1973, p.254) Linz foi um dos poucos a antever o potencial de durabilidade do regime autoritário enquanto a maioria contentava-se em dizer a si mesma: “é um regime não democrático, ilegítimo, logo, terá que ser substituído em breve...”

O tempo deu razão a Linz e através de uma série de processos que combinavam um pouco de eficácia administrativa, uma dose de manipulação ideológica,

falsas esperanças, decisões arbitrárias, uso de simbologias, medidas de bem-estar, troca de pessoal e outros recursos, o governo pode ser bem sucedido em assegurar a continuidade da situação, ainda por muitos anos. Embora tenha feito algumas tentativas de institucionalização, o governo militar brasileiro, na maior parte do tempo - por não saber como, não poder, ou mesmo não querer se institucionalizar - apenas “empurrou a situação com a barriga”⁶. Não se institucionalizou mas ainda assim durou, ao menos o bastante para garantir uma passagem segura de poder para as mãos da oposição.

Também na interpretação de Schmitter, desde o início faltou aos líderes do movimento de 64 um “grande desígnio”. Quase todas as ações dos sucessivos presidentes militares foram tomadas ao sabor das circunstâncias. Como descrevia o autor o caso brasileiro, “I see no “grand design” in what they (the military) have done during the ensuing six years, merely a series of interrelated reactive responses to emergent crisis, each of which further diminished the probability of any return to civilian democratic rule. In this sense, labels like Portugalization, Spanification, or Mexicanization can be misleading, if they are taken to mean that Brazilian authorities have a prototypic regime model in mind toward which they are consciously and concertededly striving. They have gotten where they are institutionally “by the force of things” rather than by specific intent” (Schmitter, 1973, p.229)

A tarefa proposta aqui é precisamente a de descrever, no caso brasileiro, quais foram estes expedientes, estas “respostas reativas a situações de crises”, estas “soluções sucessivas e não sistemáticas” que permitiram que um regime autoritário deficientemente institucionalizado fosse precisamente um dos casos de autoritarismo mais duradouros que a história conhece.

Na descrição destes expedientes ou fórmulas de autenticação estaremos nos inspirando nas análises de

⁶ Esta também parece ser a interpretação adotada por Brigagão, Costa e Carvalho, quando afirmam, por exemplo, que “é um erro supor que desde março os grupos no poder tivessem clara visão do que iriam propor. A consolidação dos militares no poder e do novo regime se dá por soluções sucessivas e não sistemáticas de conflitos entre a ordem jurídica e política anterior e as novas e urgentes ações que o Executivo se impunha em nome da ordem e da eficácia” (Brigagão, Costa e Carvalho, 1988, p.157)

diversos autores que abordaram diferentes aspectos do regime civil-militar, em fases diversas de seu desenvolvimento. Quem conhece a literatura do período verá, por exemplo, que a autenticação por performance tem paralelos com o que Wanderley Guilherme dos Santos denominou de “estratégia Bismarkiana” de legitimação, que a autenticação por representação está diretamente relacionada ao cálculo da descompressão pela via eleitoral, descrito por Bolívar Lamounier e que a autenticação prospectiva, por sua vez, baseia-se nas leituras de Von Lazar, Stepan, O’Donnell, Schmitter (“calculus of dissent”) e outros que trabalharam com o processo de liberalização do regime e sua transição para a democracia. Também aqui, o mérito do trabalho será antes o de explorar algumas nuances não analisadas pelos autores e, acima de tudo, combina-los quicá num todo significativo que auxilie na compreensão da dinâmica deste e outros casos de experiências autoritárias duradouras.

Tais fórmulas de autenticação, conforme teremos a oportunidade de verificar, não tiveram o mesmo peso para a preservação do regime autoritário brasileiro e tiveram sua força relativa alterada com o decorrer do tempo. Nos momentos iniciais do regime, a autenticação negativa é máxima e relativamente mais importante que as demais para a manutenção do *status quo*. Por suas características intrínsecas (detalhadas adiante), seu desgaste ocorre a passos largos e rapidamente. Em contraste, o tipo de autenticação prospectiva só entra em ação, por definição, quando o regime inicia definitivamente sua fase de declínio.

Como de início imaginou-se, inclusive nos meios militares, que a intervenção representaria apenas um curto momento de depuração do sistema nos moldes de 1954, 1955 e 1961, e não sua completa alteração, a autenticação via representação eleitoral não foi de todo descartada. As eleições foram mantidas numa primeira fase e permaneceram no cargo a maior parte dos

detentores de mandatos eleitorais do regime anterior. Mas o resultado das urnas em 1965, com a derrota de candidatos a governador apoiados pelo governo em estados importantes, colocou em perigo o projeto político do grupo no poder e as intervenções na arena eleitoral foram aumentando de intensidade, com a cassação de mandatos, o cancelamento de eleições para boa parte dos cargos relevantes no Executivo, a manipulação das regras eleitorais. Mesmo com a regras jogando a seu favor, os resultados revelavam-se crescentemente desanimadores, da perspectiva do regime, a tal ponto que, em seu final, as eleições pouco representavam como peça para garantir-lhe qualquer centelha de legitimidade. O processo de relativa valorização da arena eleitoral para as oposições, cujo ponto de inflexão pode ser localizado em 1974, representou, a contrário senso, o esvaziamento das eleições como forma de sustentação do sistema autoritário. Não porque viessem perdendo votos mas porque, por causa disto, optaram por alterar cada vez mais escancaradamente as regras do jogo eleitoral. O esvaziamento só não foi total porque, mesmo com resultados contrários aos esperados, os militares mantiveram em atividade os mecanismos eleitorais e respeitaram seus resultados, jamais apelando para a fraude pura e simples.

Ao contrário de outros grupos que tomaram por meios violentos as rédeas da política, os militares não partilhavam de uma forte doutrina ideológica, que fosse essencialmente divergente da liberal-democracia e que pudesse mobilizar a população. Tinham sua concepção particular do significado de democracia e procuraram, a partir de certo momento, acentuar alguns traços ideológicos típicos da caserna, como o patriotismo, o culto à personalidade dos nada carismáticos líderes militares, e elementos do mesmo gênero. Tratou-se antes de uma propaganda do regime e suas realizações do que de uma tentativa de mobilização ideológica da sociedade. Ainda assim, na medida em que parte da população realmente

aderiu a estes valores, pode-se dizer que contribuíram por algum tempo, mormente nos meados dos anos 70, para a sustentação simbólica do regime.

Os militares tinham ciência de que esta sustentação simbólica era precária. Mas tinham também a noção precisa de que, para a maioria da população, isto pouco importava. Justificação filosófica para o dever da obediência é uma preocupação das elites. As sondagens de opinião revelam que a população valoriza os homens práticos, de ação, e os resultados concretos e está disposta a perdoar pequenas inconsistências ideológicas se a barriga está cheia e a vida suportável. Assim, durante um bom tempo, em períodos diversos e com intensidades diferentes, as questões do combate à corrupção, à subversão, o desenvolvimento econômico e a assistência social substituíram com relativa eficácia as demandas por legitimidade liberal-democrática, constituindo-se em elementos importantes para a sustentação do regime.

Se pensamos em conjunto a atuação destes elementos, podemos afirmar que a sustentação do regime autoritário durante estes anos foi em parte a resultante da utilização destas diferentes fórmulas de autenticação, somados a outros fatores (como as circunstâncias externas, a utilização da força pura e simples, a utilização da propaganda, etc.) e ao sempre atuante acaso.

O caso brasileiro, como um dos casos de autoritarismo mais duradouros, justifica-se adequadamente nesta tentativa de generalização sobre as estratégias de autenticação dos regimes autoritários e como os diferentes públicos as perceberam. Marx foi a Londres estudar os efeitos do capitalismo porque ali eles se manifestavam em sua plenitude: a anatomia do homem, explica a anatomia do macaco, argumentava a epistemologia do materialismo histórico. Aqui também os casos de autoritarismo mais duradouros, como o brasileiro, podem quicá nos ajudar a compreender o que ocorreu nos outros casos.

Sustentarei que, ao lado da conjuntura interna e externa, dos rearranjos institucionais e outras estratégias adotadas pelos líderes do regime, as fórmulas de autenticação foram peças importantes na manutenção do autoritarismo. Elas são mais do que um verniz para encobrir a realidade da dominação. A dominação que se baseia exclusivamente na força é sempre precária, relativa e temporária. De algum modo é preciso estar convencido e convencer aos demais de que há algum motivo relevante e justificável para que alguns mandem e outros obedeçam, alguma razão outra que não a força pura e simples. Como sugeriu Stepan, "many of the classic problems of politics, especially the creation of a legitimacy formula and the establishment of rules of succession, apply to authoritarian regimes as well" (Stepan, 1973, X). "Escravos não fazem bons combatentes", lembrou também certa vez o general Golbery, estrategista da institucionalização do regime.

Os estudos que procuraram responder a esta questão usualmente compreenderam este apoio como fruto da manipulação por parte da elite de uma população que era 1) estruturalmente despolitizada, 2) herdeira de tradições e instituições autoritárias e corporativas ou 3) carente das informações necessárias, mercê da censura e da repressão, para avaliar objetivamente os governos militares. Procuraremos mostrar todavia que este apoio da população ao regime autoritário não dependeu apenas de manipulação ou carências. O regime tinha coisas a oferecer - ordem, eficiência, honestidade, prosperidade - que em determinados momentos pareceram mais importantes que democracia na escala valorativa da população.

A hipótese empírica é a de que não se tratava de iletrados e assustados cidadãos que inconsciente e passivamente aderiam a um regime civil-militar repressor, mas frequentemente de uma "escolha racional" por parte da população, entendida racionalidade aqui como a melhor adequação entre meios e fins, independentemente dos

fins escolhidos. Estamos falando do tipo de ação racional que Pareto qualificava originariamente por “subjectively logical”, ou seja, “one that conjoin means to ends most efficiently from the standpoint of the actor” - a luz das crenças e informações avaliáveis para o ator (Rogowsky, 1974, p.30 - grifo meu). Este é também o conceito de racionalidade proposto por Morrow, neutro com relação aos fins últimos: “put simply, diz Morrow, rational behavior means choosing the best means to gain a predetermined set of ends. It is an avaluation of the consistency of choices and not of the thought process, of implementation of fixed goals and not of the morality of those goals” (Morrow, 1994, p.17)

Conclusões

No decorrer da pesquisa, procuramos descrever como os regimes autoritários podem sobreviver por períodos prolongados, mesmo na ausência de um princípio legitimador de longo prazo e sugerimos que uma das maneiras possíveis de garantir esta sobrevivência é alternar entre diferentes estratégias de autenticação no tempo, mudando a natureza do regime e com isso as razões para apoiá-lo, como parece ter ocorrido no caso brasileiro. Sugeriu-se ainda que os fenômenos e estratégias responsáveis pela sustentação do regime autoritário do pós-64 podem ser utilizados para compreender outros casos de regimes autoritários, no tempo e no espaço. No limite, mesmo regimes democráticos podem lançar mão das estratégias de autenticação aqui descritas, procurando recuperar a popularidade perdida.

Sugerimos também a viabilidade de explicar parte do apoio popular a um regime autoritário utilizando-se das premissas da teoria da escolha racional, sem precisar apelar para “deficiências” e “carências” do eleitorado. Pelo menos no que concerne ao caso brasileiro, este

apoio popular ao regime autoritário esteve fortemente associado aos julgamentos sobre a performance do governo, em diversas áreas.

No que se refere ao apoio dado ao Movimento de 64 pelos diferentes grupos sociais, as pesquisas de opinião pública mostraram que, no momento da intervenção, Jango tinha a preferência dos setores mais pobres da população e os revolucionários dos setores mais ricos. Esta situação permanece constante até por volta do início do “milagre” quando o regime conquista as simpatias das classes populares. Da fase de declínio do regime autoritário em diante, a oposição mais forte ao regime e as demandas por democratização passaram a vir preponderantemente dos setores da elite; Isto significa que os governos militares utilizaram-se de apelos de natureza diversa e que sustentaram-se por longo tempo mesmo sem um apoio de massa, calcando-se antes na sustentação “qualitativamente melhor” dos setores superiores da sociedade.

A pesquisa apontou finalmente que os governos militares perderam popularidade não porque estivessem passando por uma “crise de legitimidade”, mas antes por uma “crise de autenticação”, o que tem implicações políticas bastante diversas. Uma crise de legitimidade, como vimos ao distinguir os conceitos de legitimação e autenticação, implica numa transformação de valores últimos, ou seja, que a população, por qualquer motivo, tenha assumido de forma intensa e consistente valores antitéticos aos do regime em vigor. Implica que parte majoritária da população tenha se “convertido” à democracia e que esta seja valorizada como algo bom em si mesmo.

Esta mudança de valores sobre as formas de dominação política, como aponta Schmitter, deve ser comprovadamente *independente dos conteúdos das políticas adotadas pelo regime*. As pessoas devem valorizar o “como a política é conduzida”, separadamente da questão utilitária de “quem se beneficia com a ação

política". Pode-se falar em crise de legitimidade somente "If they feel it is illegitimate, regardless of whether it is perceived as a success or a failure, regardless of whether it seems capable of coping or not with emergent issues... Caso contrário, diz Schmitter, se as "objeções éticas" e normativas com relação ao regime estiverem vinculadas a sua eficácia, os motivos para a oposição podem ser reduzidos a categoria mais mundana do interesse próprio (Schmitter, 1985).

Desafortunadamente para a democracia, no caso brasileiro a popularidade dos governos - sejam militares ou civis - parece estar demasiado vinculada a estes interesses mundanos. Se invocarmos aqui a distinção inicial entre legitimação, apoio que se dá ao regime, desinteressadamente, porque é bom em si mesmo, e autenticação, é possível argumentar que ainda hoje no Brasil a democracia é, para boa parte da população, apenas um regime autêntico, não necessariamente legítimo. Não parece ter havido uma genuína conversão, uma transformação profunda de ideias políticas do regime autoritário para cá. Quando estas mudanças ocorreram, foram em grande parte em função do vínculo com o fracasso dos governos militares. Em outras palavras, estiveram na dependência do desempenho do regime. Enquanto o regime foi um sucesso, as "objeções éticas" a ele ficaram em segundo plano.

Quem se recusa a perceber que, apesar da repressão, o regime autoritário contou, do início ao fim, com parcelas apreciáveis de apoio popular está inabilitado a compreender este período da história brasileira: não entendeu porque o regime de Goulart desabou "como um castelo de cartas", porque o autoritarismo durou tanto ou porque ainda desfruta de simpatias e provoca saudosismos em muitos. E tampouco está apto a construir cenários confiáveis para o futuro da democracia. Os dados novos levantados pela pesquisa e

a reinterpretação dos antigos, assim espero, mostraram que o suporte ao regime autoritário foi bem maior e mais consistente do que se assume normalmente. Eventos avaliados como sinais de reprovação ao regime autoritário - derrota em Estados importantes nas eleições de 1965; greves e movimento estudantil em 1968; aumento na proporção de votos em branco e nulos nas eleições de 1970, a magnitude da luta armada, etc. - devem ser reavaliados com maior cuidado, agora que não é mais necessário forjar a oposição .

Mesmo no apogeu do regime no final dos 60 e início dos 70, parcela da oposição insistia que este não contava com qualquer apoio popular. Assim, ainda nas eleições de 1965, quando os candidatos apoiados pela UDN deixam de ganhar em dois importantes Estados, muitos apontam a "derrota fragorosa do governo", omitindo a vitória em todos os demais Estados. Os dados do *survey* de 65 em Belo Horizonte revelam que pelo menos em Minas Gerais, poucos entrevistados colocavam-se claramente contra o Movimento de 64 e poucos tinham uma avaliação negativa da política econômica de Castelo. Ademais, estamos falando do Estado do ex-presidente e provável futuro presidente Kubitscheck, sendo natural esperar que o candidato apoiado por ele vencesse as eleições. Pelo menos para este Estado para o qual existem dados, não se sustenta o argumento de que a vitória de Israel Pinheiro tenha sido sinal de resistência ao Movimento de 64.

As passeatas estudantis foram também frequentemente invocadas como evidência da oposição em massa ao regime, deixando de lado o fato de que os estudantes universitários são uma elite com um grau de politização muito superior à média da população, e que bem, estávamos em 1968! Como prova adicional do argumento oposicionista, invocavam-se as duas (2 !) greves operárias em Contagem e Osasco em 68 e a

meia centena de militantes partidários de esquerda que foram ao Araguaia iniciar uma luta armada contra um governo que contava com um grau de popularidade que nem mesmo a revolução russa deve ter desfrutado...⁷ Nas eleições de 1970, auge da popularidade do período Médici, o aumento dos votos em branco e nulos são inequivocamente apresentados como indício de contestação ao governo, apesar das inconsistências e das provas em contrário, como a pesquisa qualitativa feita na ocasião sobre os motivos do voto em branco e a não correlação entre voto em branco e voto no MDB.

Em suma, a cada momento as evidências empíricas foram utilizadas politicamente para combater o regime, mesmo à custa de uma possível deturpação, politicamente compreensível. No esforço militante de resistência, o meio copo de vinho da anedota era invariavelmente interpretado como copo “meio cheio” a favor da oposição e jamais como “meio vazio”. Se a intenção era mostrar ao público interno e externo que havia resistência ao regime militar, os exageros são desculpáveis, mas pretender que os governos militares, pinçando estes exemplos fragmentados de resistência, não contavam com qualquer apoio popular, é querer enganar a si mesmo.

A fase de luta contra o regime civil-militar já ficou para trás. Como confessou Weffort a certa altura da luta contra o governo, era preciso inventar a resistência, valorizar seus feitos mesmo quando diminutos para que a própria oposição acreditasse na possibilidade dessa resistência. Louvável do ponto de vista da política como vocação, mas questionável da perspectiva da política como ciência. O possível apoio por parte da população foi sistematicamente omitido em muitos trabalhos que estudaram o regime civil-militar porque não era politicamente conveniente fazê-lo e ia de encontro às suposições de como a população *deveria* pensar.

Os poucos trabalhos que reconheciam que o regime desfrutava de algum suporte, culpavam a população por sua falta de consciência de classe ou por terem vendido a alma e se corrompido pelo consumo. Sem poupar adjetivos, culpavam principalmente a classe média, por sua mediocridade e “histeria messiânica”, já que a destemida classe trabalhadora não podia ser responsabilizada: afinal, estas vinham sendo “dominadas pela propaganda oficial e alienadas pela severa censura à imprensa, viviam o seu dia a dia preocupadas apenas com a satisfação de suas necessidades imediatas e a possibilidade de usufruir do mercado de consumo” (Barros, 1991).

O regime agora já foi substituído e é mais do que tempo de substituir também a noção de que quando a população apoia o autoritarismo tal se dá por falsa consciência, manipulação, deficiências cognitivas intrínsecas, ausências somente. O que as teorias baseadas na escolha racional argumentam, e que endossamos aqui, é que mesmo eleitores pouco sofisticados, reprimidos e manipulados, não são estúpidos. Um regime que chegou a contar, segundo as pesquisas de opinião pública, com 80% de aprovação popular no final dos 60 e início dos anos 70 e com 70% dos votos válidos, não pode estar na dependência da estupidez humana, por maior que ela seja. Dentro da lógica do período - informada pelas crenças e atributos associados aos governos militares e aos civis e as promessas e realizações históricas de cada um - apoiar o regime civil-militar, tomando de empréstimo os termos de José Murilo de Carvalho, não foi bestialidade, mas opção.

Todos os diferentes indicadores de apoio ao regime autoritário, objetivos e subjetivos - votos e preferência pelo partido governista, redução no número de greves, “satisfação com o governo” e “preferência por eleições diretas” - parecem coincidir tanto no formato geral

⁷ Com relação às táticas subversivas de esquerda, pesquisa realizada no Rio Grande do Sul em 1968 apontou que a maioria da população (64%) colocava-se contra o uso de métodos violentos para protestar contra o governo. No ano seguinte, pesquisa da Marplan publicada pelo JB em 27 de julho de 1969, revelou que 79% dos entrevistados na ocasião expressaram desaprovação com relação às táticas terroristas. Segundo a minha visão do período, só podemos falar de resistência e de manifestações de massa contra o regime - mesmo assim misturadas com críticas à situação econômica - em três momentos: 1968, com as greves estudantis, 1977 onde os trabalhadores e novamente os estudantes se rebelam e 1984, com a campanha pelas diretas já.

quanto nos anos em que as mudanças no apoio maior ao regime começam (67 e 69) e terminam (lentamente a partir de 74 e definitivamente pós 78). Esta série de indicadores parece acompanhar de perto a evolução do desempenho econômico do regime autoritário, mais do que qualquer outro fator, como sugerido anteriormente pela correlação entre satisfação com o governo e as taxas de inflação ou crescimento do PIB industrial. Todos descrevem um padrão evolutivo que se aproxima mais de uma curva cúbica (alto, baixo, alto) do que de uma reta linear. As teorias não-racionalistas, como vimos, tem dificuldades em explicar fenômenos desta ordem pois estão baseadas em mudanças lineares (nível de sofisticação, complexificação da sociedade) ou constantes (tradição corporativa) na sociedade e assim dificilmente podem ser invocadas para explicá-los. Do mesmo modo, a forma por vezes abrupta como mudam estes indicadores de apoio ao regime não se compatibiliza com explicações do tipo macro.

A hipótese da repressão, que partilha dos mesmos pressupostos racionalistas - se coaduna com o padrão descrito nos indicadores de apoio e revelou ter um efeito importante principalmente na contenção das manifestações de insatisfação que exigiam um esforço organizacional por parte de uma contra elite, sindical ou partidária. Todavia, a hipótese de que o regime só não enfrentou maior resistência porque reprimia os opositores peca pela parcialidade, ao considerar que o apoio foi meramente negativo e que desaparece assim que a liberalização se inicia - o que não é de todo verdade, como a memória ainda hoje positiva dos governos militares sugere.

As evidências aqui alinhavadas são certamente frágeis: séries temporais curtas, imprecisas ou, pior ainda no caso dos indicadores subjetivos, coletados em

locais distintos, com métodos e redações diferentes. Todavia, como todos descrevem um padrão semelhante, acabam se confirmando mutuamente, como num teste de validade convergente. E, acima de tudo, se somam com os dados de outros estudos melhor concebidos, como o de Argelina Figueiredo, Barry Ames, Kurt Von Mettenheim, Marcos Figueiredo e Yossef Cohen, para citar somente alguns recentes, que sugerem que os eleitores brasileiros são feitos da mesma matéria que os demais e que fenômenos tão díspares como a queda do governo Goulart, a participação eleitoral durante o regime autoritário e o apoio da população ao regime ou a oposição podem ser explicados segundo as premissas racionalistas, em situações que envolveram escolhas entre alternativas políticas, sem necessidade de apelar para qualquer deficiência por parte dos atores ou esquemas maquiavélicos das elites.

Apreciemos ou não o fato, é preciso reconhecer que o regime autoritário contou durante certo tempo com as simpatias de parcelas consideráveis da população. Ainda hoje as pesquisas de opinião pública constataam resquícios de uma nostalgia autoritária. Parte desta simpatia popular pelo regime autoritário pode talvez ser explicada por elementos da cultura política do brasileiro previamente existentes ao regime civil-militar e que continuaram depois que este findou, pela repressão, pela despolitização estrutural ou pela continuidade das instituições corporativas. Outra parte, porém, só pode ser compreendida se fizermos referência ao contexto histórico imediato e às estratégias de autenticação colocadas em prática em diversos momentos pelos governos militares, sua política econômica, sua engenharia institucional, sua política de abertura, e como a população reagia em conformidade com estes estímulos.



**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Presidente
Alfredo Cotait Neto

Coordenador Nacional
de Formação Política
Raimundo Colombo

Coordenador Nacional
de Relações Institucionais
Vilmar Rocha

Secretária
Ivani Boscolo

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Consultivo

Presidente
Guilherme Afif Domingos

Conselheiros
Alda Marco Antonio
André de Paula
Cláudio Lembo
Omar Aziz
Otto Alencar
Rafael Greca
Ricardo Patah

Conselho Superior de Orientação

Presidente
Gilberto Kassab

Conselheiros
Antonio Brito
Belivaldo Chagas
Carlos Massa Ratinho Junior
Eduardo Braide
Eduardo Paes
Fuad Noman
Guilherme Campos
Letícia Boll Vargas
Rodrigo Pacheco
Samuel Hanan
Topazio Silveira Neto

DOCUMENTOS - Coleção 2023 - Regimes Autoritários

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br